

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Regina Bilheiro Dias da Silva

**DUPLO OU MÚLTIPLO PERTENCIMENTO RELIGIOSO:  
Notas introdutórias sobre uma problemática do campo religioso**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira.

Juiz de Fora  
2017

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Regina Bilheiro Dias da Silva, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201372190A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DUPLO OU MULTIPLO PERTENCIMENTO RELIGIOSO: Notas introdutórias sobre uma problemática do campo religioso**, desenvolvido durante o período de 01 agosto 2017 a 23 novembro 2017, sob a orientação do Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 07 de dezembro de 2017.

---

Regina Bilheiro Dias da Silva

## **DUPLO OU MÚLTIPLO PERTENCIMENTO RELIGIOSO: Notas introdutórias sobre uma problemática do campo religioso**

Regina Bilheiro Dias da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo tem por objetivo discutir os duplos ou múltiplos pertencimentos religiosos a partir da análise feita por pesquisadores da religião como Sanchis, Mafra, Teixeira, entre outros, sobre os dois últimos censos populacionais apresentados pelo IBGE. Foram formuladas hipóteses para a baixa expressividade dos números apurados, a saber: se o formato das questões pode estar impedindo a coleta das informações desejadas, existe a necessidade de outras perguntas para a confirmação da auto declaração, se os informantes se sentem induzidos pelos recenseadores para alguma alternativa, se a declaração de pertença a alguma determinada religiosidade causa algum constrangimento e, ainda, se os números são suficientes para demonstrar tudo que está contido dentro do modo de ser do religioso brasileiro. Adotando para essa investigação, como método, abordagem bibliográfica, iniciando o recorte temporal no período colonial brasileiro, para abarcar a origem da formação da religiosidade brasileira; percorrendo uma breve análise da religiosidade na modernidade, a qual trouxe o pluralismo religioso, permitindo o trânsito pelas diversas ofertas e também o duplo ou múltiplo pertencimento e a descrição da convivência entre duas religiões no interior de uma instituição religiosa. Ao final da análise, foi verificada a existência do duplo ou múltiplo pertencimento, apesar de não ter uma expressividade numérica nos censos analisados. Em face dessas constatações, foi sentida a necessidade de uma pesquisa de campo específica para o assunto abordado.

**Palavras chave:** dupla pertença, múltipla pertença, religiões brasileiras.

**ABSTRACT:** The article discuss the double or multiple religious belonging from the analysis done by researchers of religion as Sanchis, Mafra, Teixeira, among others, about the last two censuses presented by IBGE. Hypotheses were formulated for low expressiveness of the figures calculated, namely: If the format of the questions may be preventing the collection of desired information, there is a need for other questions for confirmation of self-declaration, if informants feel researchers induced for any alternative, if the declaration of belonging to any particular religion causes some embarrassment and, yet, if numbers are sufficient to demonstrate all that is contained within the way of being of the Brazilian religious. Adopting this kind of investigation, as a method, bibliographical approach, starting the timeframe in the Brazilian colonial period, to encompass the origin of formation of brazilian religiosity; stepping through a brief analysis of religion in modernity, which brought the religious pluralism, allowing traffic through the various offers and also the double or multiple belonging and the description of the coexistence between two religions inside of a religious institution. At the end of the analysis, it was verified the existence of double or multiple belonging, despite not having a numerical expression in censuses. In light of these findings, it was felt the need of a specific field research for the subject addressed.

**Keywords:** dual belonging, multiple belonging, Brazilian religions.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, e-mail reginabilheiro@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira.

## INTRODUÇÃO

A leitura do clássico *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, serviu de inspiração sobre a abordagem que se faria: naquela obra, Riobaldo Tatarana<sup>2</sup>, aparece como um personagem que adota o que se poderia dizer que é a postura do brasileiro perante as diversas ofertas religiosas. O livro descreve, com notável maestria, o trânsito religioso, bem como os chamados duplos e múltiplos pertencimentos religiosos.

Destacado o tema, passei a querer compreender por que os sincretismos<sup>3</sup> são aludidos e analisados por diversos estudiosos da religião e, por outro lado, as duplas ou múltiplas pertenças são tão pouco citadas ou até mesmo assumidas pelos fieis, como pode ser comprovado através das pesquisas censitárias sobre o assunto, nas quais se constata que poucas pessoas se declaram com duplas ou múltiplas pertenças. Este artigo busca, portanto, questionar como as ciências da religião entendem as questões de dupla ou múltipla pertença.

A construção da identidade religiosa brasileira desde os períodos iniciais da colonização teve no catolicismo trazido pelos portugueses sua base principal, uma vez que foi imposto como religião oficial. Tendo que ser assumido tanto pelos africanos aqui desembarcados, quanto pelos indígenas aqui nascidos que deveriam se converter ou seriam exterminados, essa configuração descreve a mistura de três etnias que já carregavam certa carga cultural e certo modo próprio, particular, de vivência religiosa, bem como de ritos e mitos, elementos estes que passaram a se mesclar no cenário brasileiro, configurando um novo *ethos*.

Frequentando missas, participando de procissões para que, desse modo, sua pertença religiosa ao catolicismo oficial fosse percebida, mas mantendo outra religiosidade na esfera privada, o brasileiro acabou elaborando um tipo próprio, de pertença religiosa. É de se notar, ainda, que essa maneira de convívio com a religião perdurou por todo o período imperial, mas com o advento da República, o Estado se tornou laico e o Catolicismo perdeu sua hegemonia oficial, permitindo ao fiel brasileiro o convívio com outras formas de religiosidades que até então eram vivenciadas exclusivamente em recito doméstico.

A modernidade marca a queda do teocentrismo a partir da emergência de valores surgidos com a Reforma e o Protestantismo, o humanismo renascentista, as revoluções científicas e o Iluminismo que permitiram ao homem se libertar dos dogmas até então impostos. Este homem, liberto, dotado de capacidades de raciocínio substituiu Deus do centro do universo, o que permitiu os questionamentos e a experimentação. As ofertas religiosas se multiplicaram, permitindo ao sujeito que não mais tinha sua identidade definida no nascimento ou pela instituição religiosa escolher e experimentar de outras religiosidades. Na modernidade, ele pode fazer suas próprias escolhas, suas próprias combinações, em busca de uma completude perdida no meio das grandes estruturas das cidades e das fábricas. O pluralismo religioso que se apresentou com o advento na contemporaneidade permitiu ao fiel brasileiro compor o seu pertencimento religioso, fazendo arranjos com uma ou mais religiões ao mesmo tempo, pelo simples prazer do conhecimento, por necessidades amorosas, de saúde ou financeira, mesclando, dentre as diversas religiosidades que, a partir de então, passaram a se apresentar- religiões estas fragilizadas em suas institucionalizações pela própria modernidade.

Apoiando-me no livro *Religiões em Movimento: O Censo de 2010* (TEIXEIRA; et.al., 2013), dialoguei com diversos autores que, fazendo suas análises sobre os números apurados naquele censo, questionam o formato das perguntas aplicadas sobre as religiosidades brasileiras e suas nuances, sendo que, no entendimento deles, isso pode ser a causa que torna os números carentes de informações fidedignas, realistas. Cotejei com pesquisas extra censo visando compreender como e por que as duplas e múltiplas pertenças que surgiram desde o período colonial, sendo vivenciadas desde então em vários formatos são tão pouco mencionadas, problematizadas e analisadas, pois os números apresentados pelos dois últimos censos são ínfimos nesse quesito.

Na análise do censo 2000, feita no Atlas de filiação religiosa é levantada a hipótese se os entrevistados se sentem à vontade para declarar sua dupla filiação religiosa ou, se apesar desta possibilidade ter sido

---

<sup>2</sup> Muita religião, seu moço! Eu cá não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardeque. Mas quando posso, vou no Mindubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecado, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. Mas é só muito provisório. Eu queria rezar o tempo todo (GUIMARÃES ROSA, 1994, p. 15).

<sup>3</sup> Ferretti (2013) descreve que “[...] o sincretismo é um tema confuso, contraditório e ambíguo” (FERRETTI, 2013, p. 95). Buscando uma compreensão do termo faz uma coletânea dos sentidos e conceitos mais utilizados: “junção = união; fusão = ligação; mistura = amálgama; paralelismo = semelhança; justaposição = sobreposição; convergência = reunião; adaptação = acordo” (FERRETTI, 2013, p. 98). O pesquisador descreve, ainda, que o sincretismo está presente em todas as religiões brasileiras, além de ocorrer, também na filosofia, na ciência e na arte.

implantada desde então a declaração de pertença é priorizada às instituições religiosas clássicas, aquelas que não causariam nenhum constrangimento ao ser declarado. Buscando uma resposta para estes quesitos, faz-se necessário uma maior investigação sobre o assunto.

## 1 AS RELIGIÕES DO BRASIL

No início da colonização brasileira o catolicismo foi utilizado pelas autoridades políticas como cimento social, sendo identificado como religião oficial, portanto, “o recém-trazido, ou o recém-descoberto, ou ainda o recém-chegado devia ser católico ou receber o batismo e passar a professar o catolicismo” (SANCHIS, 1997a, p. 28), “os que aqui nasciam o aceitavam por pressuposto de cidadania, exceto os indígenas, aos quais se exterminava ou se convertia” (NEGRÃO, 2008, p. 263).

Segundo Sanchis (1997b), um catolicismo nascido em território português que era vivenciado como religiosidade de aldeia, unificada, de santuários familiares, enraizada, que carregava dentro de si a contribuição de outros povos com quem tinham convivido em seus primórdios, chega ao Brasil passando a ser vivenciado num espaço sem fim. Nesta imensidão geográfica, feitos de poucos contatos, de indivíduos esparsos, este catolicismo tendo que conviver com a ausência quase constante, tanto do Estado quanto da Igreja, passou por um processo de transformação que o partiu em vários pedaços.

Os índios e os escravos arrancados de suas terras, de suas culturas e de seus cultos foram obrigados a conviver com esta nova cultura: esse catolicismo imposto através do convívio diário feito na casa grande e/ou no deslocamento das Bandeiras que carregavam símbolos, objetos e gestos sagrados, criando “uma rede de proteção mágico-religiosa, [...] feita de todos os fios entrecruzados” (SANCHIS, 1997b, p. 87). Toda esta mistura se condensou em um catolicismo “predominantemente leigo, seja nas confrarias e irmandades, seja nos oratórios, capelas de beira de estrada e santuários. [...] ‘muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre’” (TEIXEIRA, 2005, p. 17).

A história religiosa brasileira carrega em sua herança uma configuração “a partir da combinação das crenças das religiões tradicionais: a dominante, católica, com as subalternas, indígenas e africanas (configurando um molde que em seguida conformava outras religiões emergentes e recém-chegadas)” (CAMURÇA, 2009, p. 174-175), mas conforme relembra Sanchis (1997a), as tradições africanas já chegaram aqui sincretizadas, misturadas, e reformuladas pelo encontro com a identidade de outros povos, e foram introduzidas neste caldeirão vivo que é o catolicismo, tornando-se “[n]em África pura, nem catolicismo europeu. Do ponto de vista religioso e do ponto de vista cultural” (SANCHIS, 1997a, p. 38). Declarando-se em público como pertencentes, como praticantes da religião oficial e manter sua religiosidade de origem em recinto doméstico, se tornou a opção de muitos dos que aqui desembarcaram, como “os judeus [que], sob a pressão de serem perseguidos pelos inquisidores e perderem seus bens ou mesmo suas vidas, preferiam, em geral, tornar-se ‘cristãos novos’” (NEGRÃO, 2008, p. 119), disfarçando suas crenças.

A imposição do catolicismo como religião oficial, que se iniciou no período colonial, assim permaneceu durante todo o Império, apesar da permissão para entrada de imigrantes anglicanos, calvinistas, luteranos, presbiterianos e metodistas, mas a proibição de construção de templos e de manifestações religiosas destas novas religiões em público foi mantida, conforme nos relata Bartz (2011), por isso a declaração de pertença religiosa, neste período, deveria ser obrigatoriamente ao catolicismo, não cabendo, então, outro tipo de declaração.

Com a separação entre Estado e Igreja Católica a partir da Proclamação da República, o país tornou-se laico e o brasileiro passou a conviver com as diversas religiosidades, compondo umas com as outras, sem que a frequência a uma delas signifique a rejeição da outra (STEIL, 2001), de modo análogo ao do personagem citado de Guimarães Rosa. Esta liberdade religiosa trouxe consigo misturas, “vivenciadas em formas de indecisões, de cruzamentos, de porosidades e pertença dupla, de contaminação mútua” (SANCHIS, 1997a, p. 37), onde as trocas simbólicas acontecem em todos os espaços da vida do fiel, seja no trabalho ou mesmo em recinto familiar; pluralismo, transitoriedade que fez o catolicismo perder seu papel de cimento social, não mais sendo o norte fixo do fiel.

Esta necessidade de mais parecer “ser”, trazida na cultura brasileira desde a colonização, do que propriamente pertencer a uma religião, pode ter criado esta identidade tão própria, que permite a circulação entre as várias religiões ofertadas conforme nos relata Almeida e Montero (2001): os brasileiros mantêm uma religiosidade pública e outra privada, e esta transitoriedade traz sempre um novo olhar para sua atual filiação. A declaração de pertença ao catolicismo, “[n]a verdade, trata-se de uma identidade religiosa pública, muito embora as crenças e práticas católicas ocupem um plano mais secundário na vida do fiel em relação ao *candomblé*,

umbanda, espiritismo, entre outros” (ALMEIDA; MONTERO, 2001, p. 95). Toda esta cultura, misturada neste imenso caldeirão é descrita como sendo a liminaridade<sup>4</sup> entre as religiões, estabelecendo misturas e junções: “[f]icar no meio, descobrir a mediação e estabelecer a gradação, incluir (jamais excluir). Sintetizar modelos e posições parece constituir um aspecto central da ideologia dominante brasileira” (DAMATTA, 1997, p. 108).

No Brasil, após a quebra da hegemonia católica, e com o advento da contemporaneidade, abriu-se espaço para o pluralismo religioso, que permitiu ao fiel brasileiro passar por um processo de intensa experimentação das diversas opções religiosas ofertadas.

## 2 A PERTENÇA RELIGIOSA NA SOCIEDADE MODERNA

O sujeito da contemporaneidade possui uma identidade não permanente que assume formas diferentes em diferentes momentos. A identidade, ou identidades do sujeito na modernidade, deixa de ter um centramento não mais sendo definidas no nascimento ou mesmo pelas instituições religiosas, “[o] cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do Estado moderno. [...]. O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e ‘definido’ no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna” (HALL, 2015, p. 20), surgindo daí o “indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano de fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal” (HALL, 2015, p. 21). Esse sujeito, conforme Sanchis (1997a) busca construir para si um universo simbólico próprio, que o complete, adquirindo elementos dos mais variados sentidos, buscando ele mesmo compor seu universo simbólico, num constante reelaborar-se, evitando se submeter às regras impostas pelas instituições religiosas.

Na modernidade, a partir da quebra do monopólio da igreja católica como religião oficial brasileira, o que possibilitou o surgimento de diversos grupos religiosos, fruto da secularização que permitiu uma gama de interpretações aos diversos modos de ser religioso. Essa diversidade que se apresentou deu ao fiel a possibilidade de passar por um intenso processo de experimentação, ao mesmo tempo em que as religiões, tradicionais ou não, passam a disputar no mercado a adesão desses fieis. Nesse contexto, onde o indivíduo se sente sozinho, num novo ambiente territorial e social, diferente do que até então produzia sentido para sua vida, busca para si uma religião individualizada, que o complete e que faça sentido, através da bricolagem de bens simbólicos em busca de uma plausibilidade. (Bartz, 2011).

Citando Raymond Williams, Hall (2015) traz a concepção de que o sujeito é ímpar e único em seu interior. Ele descreve alguns fatores culturais que levaram à ascensão do indivíduo soberano: “a Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram diretamente aos olhos de Deus; o humanismo renascentista, que colocou o homem [sic] no centro do universo” (HALL, 2015, p. 18) e, ainda, as ciências que deram ao homem a capacidade de raciocínio para pesquisar e investigar. O homem, segundo Hall (2015), sujeito dotado de capacidades e potencialidades substituiu Deus no centro do universo e suas identidades, que antes eram definidas no nascimento pelas instituições religiosas passam a ser forjadas com o desenrolar da sua história podendo mesmo, segundo Steil (2001), transitar por várias religiões ou mesmo fazer práticas simultâneas de religiosidade diferentes. Tal liberdade cria uma nova forma do ser religioso na contemporaneidade, sempre em busca da completude de sua identidade.

Conforme Oliveira (2009), nos tempos atuais é necessário decidir de forma rápida, pois informações diversas são recebidas a todo o momento. Tantas notícias trazem uma necessidade de se questionar qual espaço que a religião ocupa nestes tempos contemporâneos e se ela ainda ocupa os mesmos espaços que ocupava no passado, tendo a mesma importância para ao desenvolvimento das identidades. Fernandes nos relata em entrevista (2012), que o brasileiro da contemporaneidade usa da experimentação como forma de conhecer as diversas ofertas que se apresentam a ele. Isto, no entanto, não significa que o fiel não se vincula às instituições, mas sim que esta pertença pode ser provisória.

### 2.1 A pertença religiosa brasileira

Faz parte da composição da população brasileira pessoas que saíram de seus países de origem sem terem expectativas de um retorno, “que foram dispersas para sempre de sua terra natal. [...] Elas são obrigadas

---

<sup>4</sup> Conceito apresentado por Victor Turner: Os atributos de liminaridade, ou de personae (pessoas) liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimoniais. (TURNER, 1974, p. 117).

a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades” (HALL, 2015, p. 52), são transformadas em novas identidades carregando dentro de si este hibridismo, esta mistura entre diversas culturas, “[a] diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’ (e não a uma ‘casa’ particular)” (HALL, 2015, p. 52), e esta mistura de raças provocou um entrelaçamento tanto cultural quanto no universo religioso.

Conforme Steil (2001) na modernidade, com o advento do processo de globalização que modificou a compreensão de espaço tempo, uma vez que o que acontece em determinado lugar pode gerar consequências quase que imediatas a outros locais, mesmo os mais distantes, também gerou um novo modo de ser religioso. Modificou a visão tradicional que destacava e elevava todas as religiões, uma vez que nenhuma delas poderia ser abandonada, sendo todas interpretadas como obras divinas, em contra partida ao modo de ser religioso na modernidade que prioriza o consumo de bens simbólicos e a mercantilização religiosa. (STEIL, 2001)

A forma de ser do brasileiro, esta liberdade religiosa, onde, conforme Negrão (2008) os convites para frequência em cultos diversos são aceitos com naturalidade, sem nenhum constrangimento para conhecer, receber tratamentos, graças ou ajuda espiritual, uma vez que todas as formas de religiosidade são vistas como verdadeiras e que sempre levam ao sagrado. Mas essa dinâmica não deve ser analisada como vulgarização ou mesmo desrespeito, podendo representar um modo próprio de revigorar a espiritualidade, através da contribuição da alteridade, e um caminho que pode também levar aos duplos e múltiplos pertencimentos religiosos.

Buscando formas de entender a dupla pertença religiosa Teixeira (2012) faz uma descrição, visando analisar a implicação de entregas individuais ao universo de uma religiosidade diferente do seu pertencimento, em que o envolvimento com a alteridade do outro é profunda, o fiel pratica simultaneamente as duas religiosidades, correndo os riscos que este caminhar pode trazer ao seu encontro. Defende, ainda, que os estudiosos da religião não podem aceitar apenas as definições tradicionais, devendo buscar um novo modo de ser religioso a partir das realidades presentes, modificadas pela presença da pluralidade religiosa. Para Teixeira (2003) quando as tradições não estão fixadas na identidade, pode ser criado um diálogo, permitindo o conhecer de novas religiosidades e levando a um enriquecimento mútuo, para tanto se torna necessário o deixar-se tocar pelo encontro com a alteridade, aceitando dentro de si a contribuição do desconhecido. As pessoas que fazem este movimento, que se dispõem a uma abertura inter-religiosa para o conhecimento do outro passam a viver na liminaridade: “Mas a ‘saída’ de um mundo e a inserção num outro não significa, necessariamente, o rompimento com a identidade, como muitos tendem a pensar” (TEIXEIRA, 2012, p. 23), mas pode levar a percepção de seu próprio mundo em uma nova perspectiva.

Esta dupla pertença que carrega a identidade brasileira desde o período colonial, em que os aqui desembarcados eram obrigados a demonstrações de pertença a religião oficial, criando-se, conforme Negrão (2008), uma religiosidade pouco interiorizada, tendo uma maior preocupação com a exibição pública como, a frequência às missas e o respeito aos dias santos, traço este, que ainda é bastante observado em parte dos católicos brasileiros, sendo que “[...] muitas pessoas tem outras práticas religiosas, mas identificam-se como ‘católica apostólica romana’ quando perguntadas” (ALMEIDA; MONTEIRO, 2001, p. 95), descrevem, ainda o comportamento dos Kardecistas e dos afro-brasileiros, que “[...] não deixam de se identificar como cristãos e católicos: um ‘católico espírito’, cujas práticas não são excludentes, mas que, dependendo da situação, o indivíduo pode utilizar uma ou outra identidade.” (ALMEIDA, MONTEIRO, 2001, p. 98).

Para Franco (2016), a pluralidade religiosa permite ao indivíduo as mais diversas escolhas, podendo o mesmo transitar, ter um duplo ou múltiplo pertencimento ou mesmo não pertencer a nenhuma instituição religiosa definida, não significando, com isto, que o mesmo não tenha um envolvimento religioso, mas que se utiliza dos recursos que a multiplicidade de opções, fruto da contemporaneidade, possa lhe proporcionar.

### **3 DADOS SOBRE A DUPLA OU MÚLTIPLA PERTENÇA RELIGIOSA BRASILEIRA**

A religiosidade brasileira é vivenciada de maneira muito diversificada, plástica, o que dificulta as pesquisas apurarem toda sutileza existente dentro dela, os censos realizados não conseguem captar o trânsito tão presente, assim como as duplas ou múltiplas pertenças. Conforme publicação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) as pesquisas sobre religião foram implantadas no censo de 1980, não tendo, neste período, nenhum tipo de aprofundamento. As questões levantadas buscavam apurar a religião do informante, não tendo nenhuma preocupação com seu real modo de ser religioso, apesar de já neste censo ser perguntado

se o fiel participava de outras religiões, apurando-se um total de 5,9% de católicos entrevistados que declararam frequentar mais de uma religião ou crença, protestantes ou evangélicos, um total de 3,6%, os frequentadores das religiões afro-brasileiras (candomblé, xangô e umbanda) juntamente com os Kardecistas somaram 14,9% do seu total, conforme Suplemento IBGE (1988).

Conforme Teixeira (2013) o censo é uma fotografia que representa um determinado momento do entrevistado, que se autodeclara naquele dado instante, devendo ser analisado visando uma abordagem de maneira qualificada em busca de uma perfeita compreensão das variáveis apresentadas. O recenseado deve responder a uma pergunta: “Qual é sua religião ou culto” (JACOB; et al., 2003, p. 9), e através dela o analista deve buscar perceber as nuances que estão contidos nos processos envolvidos, por isto espera-se que o pesquisador da religião tenha sensibilidade suficiente para conseguir captar o que está intrínseco nos números apurados, relata Teixeira (2013).

No Censo de 2000 apenas 10500 pessoas declararam o pertencimento a mais de uma religião, o que gerou a hipótese de “que os recenseados não se sentem à vontade para assumir que possuem mais de uma filiação religiosa” (JACOB; et al., 2003, p. 9) ou mesmo declarar que praticam religiosidades diferentes das tradicionais. Discordando desses números, Antoniazzi (2003) compara com pesquisa realizada pelo CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) que “encontrou cerca de 25% dos entrevistados que frequentam mais de uma religião e cerca da metade deles (12,5% do total) o fazem sempre” (ANTONIAZZI, 2003, p. 76). Em Minas Gerais 17.905.134 pessoas foram recenseadas em 2000, sendo que dessas 27.090 se declararam como praticantes de religiosidade não determinada, termo que engloba as múltiplas pertenças religiosas. Nesse mesmo censo, os frequentadores do candomblé e umbanda se resumiram em mais ou menos 570.000, ou 33% da população, o que para Antoniazzi (2003) dificilmente representa um número aceito pelos estudiosos do assunto visto esses cultos serem frequentados, mesmo que esporadicamente por pessoas que não se declaram como adeptas destas religiões.

O Censo de 2010 registrou como declarantes de dupla ou múltipla pertença apenas 0,01% dos entrevistados, representando 15.379 pessoas, sendo 8.922 de cor branca, 838 se declararam como pretos 422 como amarelos 3.795 como pardos e 1.402 como indígenas conforme Tabela 1.4.6 fornecida pelo Censo 2010. Em Minas Gerais, os que se declararam como praticantes de mais de uma religiosidade somaram 400 pessoas e em Juiz de Fora o IBGE apresentou 72 pessoas com múltiplo pertencimento. Negrão (2008) apresenta dados quantitativos de pesquisa realizada por ele, durante alguns anos, na capital paulista que constata a frequência em mais de uma religiosidade, ao mesmo tempo, em 11% dos entrevistados em contraposição as 1.555 pessoas, que equivalem a 0,01% apurados pelo censo, com múltipla pertença, na mesma capital. Para o pesquisador os recenseados declaram apenas uma religiosidade quando questionados e, que desta forma se perde uma das características da religiosidade brasileira: a dupla ou múltipla pertença e ainda a dinâmica da transitoriedade.

Para localizar os informantes de interesse para sua pesquisa, com duplo, múltiplo pertencimento ou transitoriedade religiosa, Negrão (2008) fez levantamentos com membros de quase 500 (quinhentos) famílias, residentes em moradias de varias níveis sociais, como casas, ou cortiços, constatando que “[q]uanto a não exclusividade, 122 (11%) declararam participação ou cultivo de crenças de dois ou mais grupos religiosos de referência” (NEGRÃO, 2008, p. 124). Foram detectados 1064 religiosos, e dentre estes 389, ou 38% tinham mudado de religião ao menos uma vez e/ou não mantinham apenas uma religiosidade. Ainda, nesta mesma pesquisa, são comprovados tipos de duplicidades que são percebidas desde o século passado, como: “[...] católicas/espíritas (quarenta casos, ou 10% do total) e a católica/afro-brasileira (nove casos, ou 2%). [...] católicos/protestantes [...] (34 casos, ou 9%) [...]. [...] além de duplicidades com religiões orientais e esoterismos, e combinações de mais de duas religiões, [...] (31 casos, ou 8%) [...]” (NEGRÃO, 2008, p. 124). Concluindo a pesquisa, o sociólogo descreve que as duplicidades aumentaram em diversidade e que os católicos que transitaram por outras religiosidades e posteriormente retornam ao catolicismo, em sua grande maioria não mais mantém uma pertença religiosa única, passando a acreditar na reencarnação e fazer leituras de livros espíritas. Encontra a presença de católicos que por vezes recorrem às religiões afro-brasileiras em busca de solução para alguma doença. Relata que os entrevistados, em sua maioria aceitariam de bom grado o convite de algum amigo ou parente para conhecer outras religiosidades, outros cultos, reconhece que a receptividade com que os convites são recebidos talvez se deva a tradição brasileira, que considera as religiões equivalentes no que se refere à necessidade do momento ou a proteção que se quer alcançar.

Argumentando que “os censos não pensam, apenas contam!” (BRANDÃO, 2013, p. 91), podemos dizer que seus números devem ser olhados com cautela para que se possa perceber tudo o que está contido dentro deles. Para o pesquisador as perguntas formuladas deveriam seguir um padrão que permitisse ao entrevistado



esclarecer a forma como ele vivencia a sua religiosidade, o modo como vive a sua fé, suas crenças e não, simplesmente responder se frequenta a igreja católica ou não. Para ele a forma com que são feitas as pesquisas, o modo como o entrevistado é abordado ficam de fora todas as outras formas de religiosidade como as duplas e múltiplas pertenças.

DescREVendo que o censo é um instrumento que não tem a capacidade de perceber pequenas nuances, pois trabalha a partir de “visões em escala nacional, opera a partir de conjuntos amplos, fixos e homogêneos e, para reproduzi-los, nivela, simplifica e demarca com nitidez posições que, no cotidiano, são marcadas por complexidade, variação e ambiguidade” (MENEZES, 2013, p. 335). Para a pesquisadora os envolvimento religiosos que ocorrem no dia a dia não são passíveis de serem verificados através do censo: existem os praticantes regulares, os que frequentam uma ou outra cerimônia eventualmente, e os que fazem uso da religião em caso de necessidades. O censo não consegue perceber, também, a circulação dos fiéis e o pertencimento múltiplo, concluindo que para se apurar esses modos de ser religioso é necessário um olhar mais aprimorado, buscando a forma com que cada indivíduo se relaciona com sua religião.

Em entrevista concedida a revista do Instituto Humanitas Unisinos – On-Line Sanchis comenta sobre pesquisas que detectaram números sobre múltiplas pertenças bem diferentes dos apurados pelo Censo 2010 e levanta a hipótese se as declarações dos informantes foram feitas de forma espontânea ou, se foram induzidas pelos recenseadores. Para ele uma pergunta de forma clássica como: “Qual é a sua religião?” deveria vir acompanhada daquela outra: “Tem outra religião que você diria sua também?” (SANCHIS, 2012). Alegando que uma única pergunta pode gerar uma gama de interpretações, podendo suscitar respostas que não se encaixam nas opções propostas, correndo-se o risco, ainda de limitar “a identificação de práticas, vínculos e crenças simultâneas” (NOVAES, 2013, p. 189).

Em *Repensando o Sincretismo* (2013) alguns autores fazem alusões sobre duplo pertencimento: Ferretti, no estudo que faz sobre a Casa das Minas comenta que os membros devem ir à missa e comungar constantemente, isto sendo uma prática comum, descREVendo que esta dependência pode ser devido ao período em que as religiões afro-brasileiras eram proibidas e perseguidas. Para os frequentadores da mina “[...] não existe incoerência em participar de duas religiões, pois o tambor de mina é visto como um encargo, uma obrigação, mais do que como uma religião. Sua religião é a católica, e a mina, uma obrigação íntima, inferior e profunda” (FERRETTI, 2013, p. 249).

No mesmo livro Nina Rodrigues afirma a existência de um grande “número de brancos, mulatos e indivíduos de todas as cores que, em caso de necessidade, vão consultar os negros feiticeiros, mesmo quando em público zombam deles, [...]” (FERRETTI, 2013, p. 45), para o pesquisador isto não descREVe o duplo pertencimento, mas a dualidade de duas religiosidades na mesma pessoa.

O relato sobre o sacerdote francês François de l’Espinay, feito por Ferretti, que sem deixar de fazer parte do clero católico, foi ministro de Xangô no terreiro de candomblé, em Salvador, em clara demonstração de pertencimento a duas religiosidades, vivenciando profundamente a fé católica e o candomblé ao mesmo tempo.

Permitindo ao investigado fazer auto declaração espontânea, para a pergunta padrão feita pelo IBGE, “Qual é a sua religião ou culto?”, no censo de 2000 foram coletados mais de 15 mil nomes de religiões de pertencimentos, o mesmo acontecendo no censo de 2010. O IBGE trabalhou, fazendo uma condensação destas nomenclaturas em 144 e 66 respectivamente, o que deixou os números bastante vulneráveis, relata Mafra (2013). Para a pesquisadora esta pergunta não gera consistência para a pesquisa, por isto, além dela, alguns especialistas sugeriram a inserção de novos quesitos, como: a inclusão de uma grade fechada, para confirmação da primeira pergunta e a verificação da frequência aos cultos. Sugere que aos dados do censo deveriam ser acopladas novas hipóteses que possam auxiliar na busca por motivos que levam os indivíduos em sua peregrinação pelas diversas religiosidades, “[s]air, voltar, permanecer, abandonar” (FERNANDES, 2013, p. 124), fazem parte das atitudes na contemporaneidade e completa: um “[...] olhar atento sobre os contextos socioculturais dos tempos atuais podem ainda nos render boas interpretações para a análise dos dados censitários sobre religião no Brasil. Para tal precisamos de articulação metodológica e inventividade analítica, sem reducionismos” (FERNANDES, 2013, p. 125).

Analisando as perguntas sobre mobilidade religiosa, que foram incorporadas à pesquisa feita pelo Ministério da Saúde sobre Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/AIDS, para o quesito: “qual a sua religião atual” e “em qual você foi criado” (ALMEIDA, MONTERO, 2001, p. 100), os pesquisadores constatam que a pesquisa supõe que no momento da entrevista o informante tenha apenas uma filiação e, que não tenha transitado por mais de uma religiosidade. Para o modo de ser do religioso brasileiro não seria nenhum absurdo apresentar um transito com varias conversões, por isto defendem a necessidade de se articular novos questionamentos sobre as pesquisas de pertença religiosa, argumentando que “boa parte dos

brasileiros mantêm uma religiosidade privada e outra (a católica) como identidade pública, principalmente se a resposta for dada no contexto de um survey, o que limita a caracterização de certas religiões” (ALMEIDA, MONTERO, 2001, p. 96). Constatando que o catolicismo é utilizado como referência, como identificação religiosa, por ter sido recebida como herança dos pais, mas que na realidade os informantes podem ter por práticas reais o kardecismo ou mesmo as religiões afro-brasileiras: “um ‘católico espírita’, cujas práticas não são excludentes, mas que, dependendo da situação, o indivíduo pode utilizar uma ou outra identidade” (ALMEIDA, MONTERO, 2001, p. 98),

Descrevendo duplo pertencimento institucional, Franco (2016) trabalha o duplo pertencimento implantado em um terreiro de umbanda a partir da necessidade sentida pelo chefe, Pai Carlinhos. Tendo vivenciado a umbanda desde a juventude passa a sentir o chamado de uma nova forma de religiosidade, o candomblé, relatando que esta percepção se deu através de seu orixá ou guia de cabeça pedindo feitura, devendo para isto buscar junto aos mais velhos o aprendizado necessário para poder abraçar seu orixá e se tornar candomblecista. Antes de começar sua catequização, pai Carlinhos solicitou licença as suas entidades da umbanda, ficando afastado de suas atividades no terreiro por todo o período de iniciação.

Retornando ao seu centro “[u]m ano e quatorze dias após a “feitura” no candomblé ele começou, novamente, a receber seus santos da umbanda” (FRANCO, 2016, p. 58), podendo a partir daí, oferecer a seus clientes atendimento através de seus guias da umbanda (preto velho, exus, caboclo, etc.) como também o aconselhamento de seu orixá através da consulta aos jogos de búzios. O terreiro se tornou misto, convivendo com as duas religiões em seu interior, candomblé e umbanda, proporcionando aos seus frequentadores e aos filhos da casa a opção de pertencer a uma ou outra ou as duas religiões ao mesmo tempo, numa perfeita demonstração de duplo pertencimento religioso institucional.

O IBGE fez uma parceria com o ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião), organização não governamental que tem auxiliado no tabelamento dos dados, mas nos dois últimos censos os analistas “do ISER trabalharam exaustivamente sobre as informações preliminares que o IBGE fornecia , sugerindo alternativas e soluções aos problemas apresentados, porém, em nenhum momento as equipes do ISER tiveram acesso preliminar aos dados do Censo” (MAFRA, 2013, p. 39). O IBGE também atendeu a demanda feita pelos analistas incluindo neste censo o bloco dos “[...] sem-religião com matizes internos, isto é subdividido nas categorias sem religião, ‘ateus’ e ‘agnósticos’; e na abertura à possibilidade de registro de duplo pertencimento” (MENEZES, 2013, p. 337).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1956, quando Guimarães Rosa publicou pela primeira vez seu clássico *Grande Sertão: Veredas* exemplificou o modo de ser do brasileiro perante as diversas opções religiosas. Pelos estudos bibliográficos até então realizados, foi possível constatar que o fiel brasileiro faz utilização de composições entre suas religiosidades desde o início da colonização, construindo essa mistura conforme a necessidade cultural impunha e mantendo outra religiosidade, a principal, em seu interior, chegando, hoje, conforme apresentado, a duplicidade de religiões dentro de uma mesma instituição religiosa.

Com aparecimento do pluralismo religioso, na modernidade, as ofertas que se apresentaram criam um trânsito bastante diversificado e o fiel não se sente obrigado a manter a religião recebida como herança de família, buscando experimentar de todas que se apresentam para suprir suas necessidades momentâneas, fazendo uso de uma ou compondo em duplicidades ou multiplicidades que melhor lhe convenham, sem sentir nenhuma obrigação de fidelidade. Nessa peregrinação, os fieis estão sempre em busca de sua completude perdida no emaranhado das grandes cidades, na solidão de suas vidas.

As pesquisas censitárias realizadas nas duas últimas décadas trouxeram números ínfimos de dupla ou múltipla pertença, sendo apurados no ano de 2000 apenas 10500 casos nessas categorias; e, no de 2010, somente 0,01% da população pesquisada, correspondendo a 15379 pessoas que se autodeclararam com mais de um pertencimento religioso, informação muito distante dos números levantados na pesquisa realizada por Negrão (2008), a qual constatou a frequência em mais de uma religiosidade, ao mesmo tempo, em 11% dos entrevistados em sua pesquisa na capital paulista.

Conforme pesquisas extra censo apresentadas, os números levantados sobre a declaração de duplo ou múltiplo pertencimento religioso são bem divergentes dos elencados pelo IBGE em 2000 e 2010. Os resultados foram analisados por vários pesquisadores, como por exemplo: Menezes, Mafra, Sanchis, entre outros que, a partir de então, apresentaram demandas, não somente quanto aos números apresentados pelos dúplices religiosos, mas também, por sentirem divergências em outros quesitos, sendo por isto solicitado a alteração nas

questões formuladas aos investigados, para que os números apurados se tornem mais consistentes, permitindo uma verificação mais próxima da realidade, ou pelo menos, com um maior grau de confiabilidade sobre as religiões e o modo de vivenciar a religiosidade do fiel brasileiro.

Para tanto sugerem que além da pergunta padrão já utilizada no censo; “Qual a sua religião ou culto?” seja acrescentada uma grade fechada para confirmação da resposta e ainda, outra questão deveria ser apresentada: “Teria alguma outra religião que você diria sua?”, indagação que daria abertura ao registro das duplas ou múltiplas pertenças. Também deve ser verificada a liberdade com que o informante responde aos quesitos formulados, uma vez que, a dupla filiação, ou mesmo a pertença a algumas religiões como as afro-brasileiras, podem ser substituídas por pertencimentos a religiões mais tradicionais, por simples constrangimento.

Buscando apresentar um quadro em torno do comportamento do fiel brasileiro que demonstrasse sua frequência em mais de uma religião foram apresentadas algumas pesquisas bibliográficas, as quais constituem subsídios para uma pesquisa ainda mais aprofundada, exigindo, inclusive, verificação empírica com coleta em campo. As conclusões até aqui indicam um panorama que melhor seria apresentado com essa pesquisa de campo, investigando o comportamento do fiel com relação aos duplos e múltiplos pertencimentos, sua frequência e liberdade para assim se autodeclarar, para tanto, utilizando como base as propostas e demandas indicadas pelos autores supracitados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; MONTERO, P.. Trânsito Religioso no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001.

ANTONIAZZI, A.. As Religiões do Brasil Segundo o Censo de 2000. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, nº 2, p. 5-80, 2003.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. **Participação político-social, 1988: Brasil e grandes regiões** - Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1990. Disponível em < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82728\\_v3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82728_v3.pdf)>, em 22 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2000: Resultado da Amostra. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/Primeiros\\_Resultados\\_Amostra/Tabelas\\_pdf/grandes\\_regioes/tabela\\_2\\_1\\_2.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Primeiros_Resultados_Amostra/Tabelas_pdf/grandes_regioes/tabela_2_1_2.pdf)>. Acesso em 22 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)>. Acesso em 22 nov. 2017

\_\_\_\_\_. **IBGE**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/23/22107?detalhes=true>>. Acesso em 22 nov. 2017.

BARTZ, A.. Múltiplas pertenças, desinstitucionalização e desregulação da crença: refletindo a modernidade religiosa no Brasil. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, v. 25, 2011. Disponível em: <<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/nepp/article/viewFile/139/191>>. Acesso em 20 out. 2017.

CAMURÇA, M.. Entre sincretismo e “guerras santas”: dinâmicas e linhas de força do campo religioso brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, p. 173-185, 2009.

DAMATTA, R.. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.

FERNANDES, S. R. A.. **A (re)construção da identidade religiosa inclui dupla ou tripla pertença**. São Leopoldo: UNISINOS, 2012 (Entrevista). Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511249-estamos-falando-de-reconstru%C3%A7%C3%A3o-de-identidade-religiosa-esentrevista-especial-com-silvia-fernandes>>. Acesso em 02 out. 2017.

FERRETTI, S. F.. **Repensando o Sincretismo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP/ARCHÉ, 2013.  
FRANCO, G. P.. **O trânsito religioso protagonizado por umbandistas e candomblecistas no Terreiro do Pai Carlinhos Cabral de Oxum: uma análise das relações da convivência religiosa dentro de um terreiro misto em Juiz de Fora**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

GUIMARÃES ROSA, J.. **Grande Sertão: veredas**. [S.1.]: Ed. Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <<https://vivelatinoamerica.files.wordpress.com/2014/09/grande-sertc3a3o-veredas-de-guimares-rosa.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JACOB, C. R.; et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2003. Disponível em: <[http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/divers11-03/010031592.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers11-03/010031592.pdf)>. Acesso em 20 out. 2017.

NEGRÃO, L. N. Trajetórias do sagrado. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 20, n. 2, 2008. p. 115-132.

OLIVEIRA, M. A.. **Religião, Identidade e Sincretismo: múltiplos olhares sobre um fenômeno**. 2009. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/religiao-identidade-e-sincretismo-multiplos-olhares-sobre-um-fenomeno/23146>>. Acesso em 02 out. 2017.

SANCHIS, P.. A religião dos brasileiros. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 28-43, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas**. Entrevista concedida a Revista do Instituto Humanitas Unisinos – UHU – on line. Ed. 400, 24 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4586-pierre-sanchis-2>>. Acesso em 17 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Topos, raízes, identidade: um enfoque sobre o Brasil. **Atalaia**, Lisboa, v. 3, p. 83-100, 1997b.

STEIL, C. A.. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. **Ciencias Sociales y Religi3n**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 115-129, 2001.

TEIXEIRA, F. L. C.. **Buscadores do diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

\_\_\_\_\_. O Pluralismo Religioso de Princípio. **Diálogo**: Religião e Cultura, São Paulo, v. 8, n. 31, p. 18-22, 2003. Disponível em: <<https://www.paulinas.org.br/dialogo/?system=paginas&action=read&id=10859>>. Acesso em 17 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 14-23, 2005.

\_\_\_\_\_; MENEZES, R.. (orgs.). **Religiões em Movimento**: o Censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

TURNER, V. W.. **O Processo Ritual**: Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974. Disponível em <[https://monoskop.org/images/9/98/Turner\\_Victor\\_O\\_processo\\_ritual\\_Estrutura\\_e\\_antiestrutura.pdf](https://monoskop.org/images/9/98/Turner_Victor_O_processo_ritual_Estrutura_e_antiestrutura.pdf)>. Acesso em 20 out. 2017.